

FEMINIST, QUEER, CRIP

Marco Antonio Gavério

Mestrando do PPG-Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil -
marcaosemacemento@gmail.com. Bolsista CAPES/CNPq

**RESENHA DE: KAHER, ALISON. FEMINIST, QUEER, CRIP.
BLOOMINGTON: INDIANA UNIVERSITY PRESS, 2013. (EDIÇÃO KINDLE)**

Feminist, queer, crip (2013)¹, pode ser considerado um ótimo ponto de partida para quem quer compreender como a deficiência se constitui atualmente como um conflito político. Fazendo base de seu livro as teorizações dos ‘estudos sobre deficiência’ (*disability studies*), Alison Kafer dialoga criticamente com parte das teorias feminista e *queer*. O intuito da autora é demonstrar como uma posição politicamente ‘aleijada’ (*crip*) depende de uma análise dos futuros coletivos e sociais que imaginamos como desejáveis com relação à deficiência. Inclusive problematizando a própria ideia de ‘problema’.

Se deficiência é uma questão política, como fica nosso entendimento sociológico sobre ela? A quem e como interessa tornar extremamente mensurável um corpo como deficiente? Mesmo a pergunta ‘O que é deficiência?’² tendo sido amplamente feita na recente teoria social que a aborda, não é uma tarefa simples defini-la. Essas foram algumas dúvidas que assombraram toda minha leitura do livro da teórica norte-americana. Um assombro que me acompanhou tanto por ter uma ‘experiência deficiente’ em muitos pontos compartilhados com a de Kafer (também pesquisadora da deficiência e deficiente), quanto por perceber mais fortemente, devido as comparações entre diferentes vivências deficientes exploradas pela pesquisadora, os perigos de não problematizarmos politicamente a ‘autoridade da experiência’ (SCOTT, 1998) nas nossas análises (sociológicas) sobre deficiência.

Lendo a obra, e como a autora coloca ali sua ‘autoridade da experiência’ deficiente em relativa suspensão, um desses pontos que temos em comum foi sua entrada nas teorias críticas sobre deficiência através da epistemologia e teorias feministas. Diz a teórica que “foi através de leituras das abordagens teórico-feminis-

1 Quero dizer que essa resenha é resultado de uma experiência acadêmica que me foi muito gratificante por suas possibilidades de trocas teóricas, formais e profissionais. Refiro-me ao Laboratório de Produção Acadêmica da UFSCar (LAPA), uma experiência de trocas entre graduandos (as) e pós-graduandos (as) para produção textual. Aos e às colegas de graduação, que auxiliiei na construção de artigo e resenhas na última experiência do LAPA, pedi que lessem o rascunho desta resenha e me retornassem os comentários. Agradeço a Ana Caroline Vieira Lobo, Júlia Faria Ferreira e a Myatã Campos as indicações e melhorias no texto. Os equívocos são todos de minha autoria.

2 Refiro-me ao título da antropóloga Débora Diniz (2007), uma das leituras nacionais fundamentais para iniciar a compreensão sociológica da deficiência que faz parte dos *disability studies*

tas sobre o corpo” que passou a “compreender intelectualmente a deficiência como categoria política ao invés de patologias ou tragédias pessoais”³ (KAFER, 2013: 14). No meu caso eu conheci o debate sociológico sobre deficiência após e através do contato com as teorias feministas e *queer*.

Não é que os *disability studies* estivessem exatamente contidos no feminismo, mas a teoria feminista e sua leitura política do mundo foram fundamentais para estender aos críticos e críticas deficientes a noção de que os corpos, individuais e coletivos, são disputados politicamente tanto nos ambientes públicos como nos espaços privados⁴. Obviamente o que a teoria feminista aborda é a hierarquização do corpo e experiências femininas dentro de um regime sociopolítico de relações generificadas em que as mulheres são tidas como as partes inferiores da relação. A possibilidade de buscar as causas das desigualdades sociais e políticas além de uma natureza feminina orgânica supostamente falha, pois amplamente localizada no ‘corpo da mulher’, foi e ainda é o grande mote das batalhas feministas⁵.

Basicamente foi esse argumento feminista remodelado um dos que tomaram conta, após os anos 1960, das movimentações sociopolíticas internacionais de pessoas deficientes. A separação analítica entre lesão e deficiência alavancadas por essas mobilizações remetia-se nitidamente às relações teóricas entre indivíduo x sociedade, ou natureza x cultura, em que, respectivamente as noções de sexo e gênero também se assentaram, principalmente nos feminismos em diálogo produtivo com as ciências humanas. Para o ‘modelo social da deficiência’, um esquema analítico e político para enquadrá-la sociologicamente⁶, lesão é o fato do corpo com alguma disfunção em sua organização; já a deficiência existe quando esse ‘corpo com lesão’ não consegue se integrar à dinâmica social em questão e, por isso, é oprimido por uma organização social que exige sua participação, mas as condições de integrar-se são individualizadas e privadas.

Ao passo que esse arcabouço teórico político numa perspectiva construcionista da deficiência era elaborado, o foco das movimentações deficientes internacionais, com seus expoentes à época na Inglaterra e Estados Unidos, foi contra a grande ‘exclusão’ institucionalizada em que se encontravam os e as ativistas deficientes. Hospitais, asilos e casas filantrópicas foram despidas em suas organizações de

3 Todas as traduções são de minha livre autoria

4 Para discussões iniciais de como a teoria feminista e seu debate sobre gênero e corpo influenciaram outras visões críticas da deficiência ver FINE, ASCH, 1988; MORRIS, 1991; HALL, 2002; DINIZ, 2004 e MELLO, NUERNBERG, 2012

5 Aqui penso que o texto de Adriana Piscitelli (2002) sobre as tensões em torno das categorias sociais de gênero e mulher é elucidativo e didático.

6 Além de Diniz (2004; 2007), para conhecer melhor as emergências dos ‘modelos sociais da deficiência’ ver: MELLO, 2009; HARLOS, 2012; GAVÉRIO, 2015

poder a partir de dentro, através da perspectiva das próprias pessoas deficientes que começaram a reivindicar posições decisórias sobre o que lhes concernia dentro e fora das instituições ‘de cuidado’. A ideia do slogan político deficiente “Nada Sobre Nós, sem Nós” (CORDEIRO, 2011) remete, na minha leitura do texto de Alison Kafer, amplamente a máxima feminista de que o ‘pessoal é político’.

Contudo o desafio de Kafer em seu livro é mostrar a seus leitores e leitoras que seu entendimento sobre deficiência parte das noções socioculturais do modelo social, mas critica o fato que o corpo, nesse modelo, é tido como sua falha orgânica, a lesão, o que impossibilita politizar historicamente as próprias condições que dão materialidade aos corpos como ‘defeituosos’. Ou seja, ao separar drasticamente o corpo (lesão) da deficiência (sociocultural), a analítica modelista social não ponderou criticamente a história natural do próprio ‘corpo com lesão (disfunções)’ como um fato político e não um dado orgânico-funcional que se torna uma condição de um ‘problema social’⁷. Nesse sentido, Alison Kafer lança mão de um outro modelo que será a base epistemológica sobre deficiência ao longo de todo o livro: o modelo político\relacional⁸.

Esse modelo, diz Kafer, parte do modelo social, mas “exige uma desmonte das suas certezas, das identidades fixas a que é vinculado e uma pluralização das formas de entender a instabilidade corporal” (op. cit: 6). Dessa forma a “categoria ‘deficiente’ só pode ser entendida em relação a “capazes” [*able-bodied*] ou “inteligentes” [*able-minded*], um binário em que cada termo forma as fronteiras do outro” (op. cit: 4).

Isso equivale dizer que entre ‘deficientes’ e ‘não deficientes’ não existe uma diferença fundamental e determinada seja no corpo, no indivíduo, na sociedade ou cultura. O que existe é uma disputa política em variadas instâncias de relações de poder para fundamentar e determinar o que é ou deixa de ser deficiência e quem e como se enquadra nessa categoria. Essas disputas, por sua vez, são “afetadas por ideais culturais de normalidade, de forma e função” (op. cit: 8). Segundo a autora “o próprio fato de tanta energia ser canalizada para a definição de deficiência e lesão [*impairment*] sugere a instabilidade fundamental dos termos” (op. cit: 10).

7 Essa maneira de problematizar as considerações entre o ‘corpo’ e o ‘social’ como ontologias distintas, tanto cultural ou biologicamente falando, sem dúvida alguma teve grande influência dos empreendimentos feministas que passaram a problematizar as relações e configurações de gênero em compasso desconstrutivo das noções naturalizadas de sexualidade. Sexo, gênero e deficiência não são ontologias distintas, mas mutuamente constitutivas em variados níveis de relações de poder. Para um exemplo dessa perspectiva ver BUTLER, 2003a; 2003b e SAMUELS, 2002

8 “Na perspectiva alternativa, que eu chamo o modelo político/relacional, o problema da deficiência não mais reside nas mentes ou corpos dos indivíduos, mas em ambientes construídos e padrões sociais que excluem ou estigmatizam determinados tipos de corpos, mentes e maneiras de ser” (op. cit: 6)

Assim, a teoria sócio política deficiente esboçada em seu livro, segundo Kafer, “não depende de uma definição fixa de “deficiência” e “pessoa deficiente”, mas reconhece os parâmetros de ambos os termos, como sempre abertos ao debate” (op. cit: 10). Deficiência se torna um local de possível reinvenção (*reimagining*) coletiva ao “focarmos menos nas experiências individuais da deficiência e mais na **experiência política da deficientização**’ [*disablement*]” (op. cit: 8) [ênfase minha].

Retomo um pouco essa questão geral de como se define e o que fica de fora das definições de deficiência antes de aprofundar a resenha para indicar que a proposta de Kafer não é sobrepujar identidades consideradas ‘minoritárias’ ou equipará-las facilmente em suas opressões visando coalizações políticas (algo que a autora aborda no capítulo sete). Senti necessidade de traçar, mesmo que insatisfatoriamente por estar numa resenha, as linhas gerais sobre modelos que permeiam os ‘estudos sobre deficiência’ (*disability studies*), não só por que a leitura da obra Kafer pressupõe que o leitor e leitora conheçam o debate, mas fundamentalmente para compreender melhor o argumento que perpassa todo o livro: que a deficiência, em muitas narrativas contemporâneas, inclusive feministas e *queers*, figura como impossibilidade futura ou tragédia pessoal anunciada, encerrada nos entendimentos e ansiedades sobre ela compartilhados no presente.

ACESSANDO FUTUROS ALEIJADOS: FRATURAS DO TEMPO E DO ESPAÇO

Ao longo do livro Alison Kafer transita por possibilidades futuras, ficções no espaço e no tempo que nos permitam, por mais paradoxal que pareça, “cultivar a deficiência” (p. 46). Isso se dá devido a autora, como disse no começo, estar preocupada com a natureza do problema da deficiência como ‘problema’. Ou seja, a medicina efetivamente conjecturou e cristalizou a deficiência como grande categoria para nomear as mais variadas disfunções corporais humanas, mas, como Deborah A. Stone (1984) mostrou, a categorização médica da deficiência é também burocrática, uma vez que, historicamente, os Estados-Nação fomentaram e se valeram das métricas funcionais de capacidade humanas para determinar fatores de trabalho e previdência social (distribuição de recursos). Portanto, a deficiência que Kafer almeja ser possível de desejar é a deficiência como uma série de identificações críticas, historicamente e sócio politicamente constituídas que “[...] já é flexionada por histórias de raça, gênero, sexualidade, classe e nação” (p. 12), e não fatos essenciais de mentes e corpos.

Nesse ponto em específico, Alison Kafer faz uma leitura *queer crip*, no capítulo três, do romance de ficção científica feminista de Marge Piercy, *Woman on the Edge of Time* (1976). A autora posiciona essa obra como uma mistura entre futuros utópicos e distópicos, no qual a protagonista ‘chicana’, institucionalizada num asilo para loucos, faz conexões temporais com esses dois futuros. Para Kafer essa obra literária exemplifica como, para uma própria ideia de um futuro feminista, a deficiência está na utopia, se num futuro ela for erradicada, e está na distopia, se os esforços para tal se mostrarem ineficazes.

Desejar ser mais deficiente do que se já é, ou não procurar métodos reabilitativos para sua condição que previnam outras disfunções corporais, ou ainda, querer ter um filho com síndrome de Down e isto ser considerado loucura⁹, são algumas das ponderações que Alison Kafer nos apresenta nos capítulos iniciais, mas que são retomadas ao longo de toda a obra. Kafer, em suma, está preocupada realmente em perceber como interpretarmos o tempo e o espaço de duas maneiras paradoxais através da deficiência e seus múltiplos significados culturais.

A primeira é como os corpos deficientes são ancoragens para interpretarmos o tempo e o espaço de maneira normativa (ou *straight*, termo que ela empresta criticamente da teoria *queer* sobre temporalidades), como sendo o que deve ser superado nas narrativas sociais, o que deve desaparecer. Se a ficção literária de Piercy coloca a deficiência entre a utopia e a distopia, o caso clínico da garotinha conhecida como ‘anjinho do travesseiro’ [*pillow angel*] se tornou um dos exemplos ‘reais’ de como a possibilidade futura da deficiência, da falha no corpo de alguém existir num momento próximo, cria um pânico moral sobre a própria coerência da existência e progresso humano.

Ashley X, como também é conhecida a anjinha do travesseiro, recebeu um prognóstico de que possuía uma condição intelectual estagnada, o que a manteria com uma idade cognitiva de 6 anos para o resto da vida. Os pais de Ashley, ao receberem a notícia de que o corpo da filha, diferente de sua mente, se desenvolveria como o de uma ‘garota normal’, resolveram retirar cirurgicamente todo seu aparelho ‘reprodutivo e sexual’ para a manterem para sempre como uma ‘garotinha’. Corpo e idade mental em coerência física (com relação a seu sexo, gênero e desenvolvimento físico cognitivo) e temporal ‘eternos’. Nesse sentido, a pequena Ashley é a materialização de uma ficção científica e familiar, eternamente marcada na ambiguidade que o corpo deficiente metaforiza de ser e não ser, ao mesmo tempo, a representação de um futuro descompassado, (in)desejável e incerto.

9 Kafer nos mostra que é essa a visão de um dos geneticistas que auxiliou na descoberta do DNA e no Projeto Genoma Humano, James Watson (op. cit: 3)

A segunda possibilidade de interpretação temporal que a deficiência criticamente inventada possibilita, Kafer nomeia de “Tempo aleijado” (*crip time*). Essa temporalidade tem que ser considerada “como sendo não só uma acomodação para aqueles que precisam de ‘mais’ tempo, mas também, e talvez principalmente, um desafio a normativa e a expectativas de normalização de ritmo e agendamento. Ao invés de corpos e mentes deficientes curvarem-se perante o relógio, o tempo aleijado curva o relógio para encontrar corpos e mentes deficientes”. (op. cit, p. 26)

Esses cuidados em se prevenir a deficiência a surgir são eles mesmos de noções apolíticas da deficiência que a colocam como um mero atributo disfuncional do organismo humano. Não andar, não enxergar, não ouvir e não pensar são entendidos correntemente como efeitos de dados falhos congênicos ou adquiridos do corpo humano. Para essa compreensão social ancorada nas modulações e categorias biomédicas de desarranjo corporal (morfofuncional), a deficiência, ou a pessoa que a possui, está encerrada em um vórtex trágico condicionada pela considerada natureza neutra das funções e capacidades humanas. Dessa forma fica nítido que um futuro melhor para a humanidade é aquele sem deficiência e defeitos, uma vez que são entendidos em suas dimensões privada e biológica, longe das contaminações políticas e críticas tanto do modelo social quanto do político relacional.

O ponto de Kafer é que esterilização, segregação, exclusão e institucionalização das pessoas deficientes tem sido baseada no futuro e, particularmente, sobre o futuro das crianças. Entretanto a autora questiona sobre quais crianças do presente que esse futuro utópico, limpo, higiênico, ‘sem deficiências’ tem sido projetado. Nesse ponto o livro se volta às teorizações *queer* sobre tempo e futuro, dialogando criticamente com elas para ponderar que não é o futuro que tem de ser rechaçado, mas que são as condições reais do presente - que os discursos sobre futuro se apoiam - que necessitam de uma análise crítica.

Em suma, quando pensamos em um futuro melhor para nossas crianças estamos regulando as próprias condições e entendimentos de coisas que existem atualmente e queremos que desapareçam em projeção. Na proposta de Kafer o que se regula, através das ansiedades em torno das crianças deficientes e não deficientes, é tanto uma ideia cronológica de crescimento e desenvolvimento global das capacidades humanas (que a deficiência ameaça a coerência) que tem que vir acompanhada com uma ocupação futura do espaço social autônoma e independente.

Essa projeção de um futuro onde seremos mais autônomos e independentes, inclusive um dos outros, pode ser muito cara ao nosso presente. A autora nos chama atenção para nossa ordenação social que equaliza muito facilmente certezas sobre

o que é autonomia corporal, naturalizando o corpo deficiente como antônimo da independência social. O que Alison Kafer sugere é que passemos a tomar as nossas identidades “deficientes” e “não deficientes” como efeito de conflitos entre muitas autoridades sobre a verdade do que é digno de existir e ser desejado no mundo social. Imaginar um futuro em que a deficiência seja de alguma forma uma possibilidade a se pensar, de desejarmos um ‘planeta aleijado’ (GAVÉRIO, 2015a), depende de considerarmos os locais mais improváveis de sua existência na vida social de muitas pessoas no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 2003a.

_____. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

CORDEIRO, Mariana Prioli. **Nada Sobre Nós Sem Nós**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2011

DINIZ, Debora. Modelo Social Da Deficiência: A Crítica Feminista. **Série Anis 28**, Brasília, Letras Livres, 1-8, julho, 2003.

_____. **O Que É Deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FINE, Michelle, and ASCH, Adrienne (eds.). **Women with Disabilities: Essays in Psychology, Culture, and Politics**. Philadelphia: Temple University Press, 1988.

GAVÉRIO, Marco A. **“Que Corpo Deficiente É Esse?”**: Notas Sobre Corpo e Deficiência Nos Disability Studies. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/20702320/_Que_Corpo_Deficiente_%C3%A9_Esse_Notas_Sobre_Corpo_e_Defici%C3%Aancia_nos_Disability_Studies>

_____. **“Medo de um Planeta Aleijado?”**: Notas Para Possíveis Aleijamentos Da Sexualidade. *Áskesis*. v. 4 n. 1, janeiro/junho – 2015a

HALL, Kim Q. Feminism, Disability, and Embodiment. **NWSA [National Women’s Studies Association] Journal**, Volume 14, Number 3, Fall 2002

- HARLOS, Franco Ezequiel. **Sociologia da deficiência:** vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. São Carlos: UFSCar/PPGES, 2012.
- MELLO, Anahí Guedes de. **Por uma abordagem Antropológica da Deficiência:** Pessoa, Corpo e Subjetividade. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MELLO, Anahí Guedes de., NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3):635-655, set-dez/ 2012
- MORRIS, Jenny. **Pride Against Prejudice:** A Personal Politics of Disability. Womens Pr Ltd, 1991.
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- SAMUELS, Ellen. "Critical Divides: Judith Butler's Body Theory and the Question of Disability Studies." **NWSA [National Women's Studies Association] Journal**, Volume 14, Number 3, Fall 2002
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História.** N.16. São Paulo: PUC, 1998.
- STONE, Deborah A. **The Disabled State.** Philadelphia: Temple University Press, 1984.